

ZERO



Edição
especial

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2000 - ANO XVI - Nº 3



GREVES

UFSC • Servidores Federais
Professores Estaduais • UDESC

ZERO

Jornal Laboratório do Curso
de Jornalismo da Universi-
dade Federal de Santa
Catarina

Coordenação

Prof. Henrique Finco

Copidesque

Alexandre "Tupã" Brandão

Elissa Bonato

Humberto Maia Junior

Martha Huff Martins

Edição de Fotografia

Micheli Cristiana Ribas

Raquel Sabrina da Silva

Edição Gráfica

Sinuê Giacomini

Edição de Texto

Elissa Bonato

Editoração Eletrônica

Alexandre "Tupã" Brandão

Elissa Bonato

Mário Ignácio Coelho Junior

Raquel Sabrina da Silva

Sinuê Giacomini

Fotografia

Arquivo da APUFSC

Alexandre "Tupã" Brandão

Mário Ignácio Coelho Junior

Micheli Cristiana Ribas

Raquel Sabrina da Silva

Projeto Gráfico

Alexandre "Tupã" Brandão

Mário Ignácio Coelho Junior

Wagner Leandro Maia

Sinuê Giacomini

Texto

Ana Paula de Souza

Camille Cristina dos Reis

Humberto Maia Junior

Kelen Vanzin da Silva

Lúcia Passafaro Peres

Mário Ignácio Coelho Junior

Martha Huff Martins

Micheli Cristiana Ribas

Raquel Sabrina da Silva

Ilustração

Marcos Daniel Barros

Impressão

A Notícia

Redação

Curso de Jornalismo

(UFSC-CCE)

Trindade, CEP 88040-900

Florianópolis - SC

Telefones: (48) 331-9490 e

(48) 331-9215

Fax: (48) 331-9898

Home page:

www.jornalismo.ufsc.br

Endereço Eletrônico:

zero@cce.ufsc.br

Editorial

"Eu até tapo o nariz e vou na AG votar"

(Trecho de carta veiculada pela internet por professor antigrevista.)

Haverá cortes de salários? Até quando ficaremos em greve?

Os "sem-vozes" retomarão suas vozes nas AGs?

Os professores em greve na UFSC se fazem estas perguntas, e a inquietação é visível em todos. Os planos de privatização do governo federal já iniciaram sua caminhada na Universidade e esta é a primeira vez que há uma mobilização geral neste tipo de conjuntura. Se há algum tempo atrás apenas

um ou outro Centro estava parcialmente privatizado – com os laboratórios recebendo dinheiro por serviços prestados à iniciativa privada – agora esta situação se alastrou para quase todos os Centros da UFSC e, em alguns departamentos, esta já é a norma. Neste esquema, muitos professores ganham "bolsas" – retiradas de parte da verba paga por empresas (ou instituições) aos laboratórios – o que na verdade se configura como um segundo salário. Ou seja: hoje muitos dos professores já são parceiros ativos dos projetos de privatização da UFSC.

Talvez em decorrência disto – e pela primeira vez em 16 anos – é muito visível a reação dos contrários ao enfrentamento da política (nem

sempre clara) do governo central para as Universidades Públicas.

Mas há outros dados novos nesta conjuntura: pela primeira vez, também nos últimos anos, a reação dos alunos tornou-se mais visível e mais forte, colocando-os ao lado das reivindicações dos professores e funcionários, além de apresentarem uma pauta própria. Numa das federais do Rio Grande do Sul, embora a AG dos professores tenha decidido não entrar em greve, a Universidade está parada porque OS ALUNOS ESTÃO EM GREVE. Aqui na UFSC, por outro lado, nota-se uma disposição fora do comum nos professores que entraram em greve – mesmo com toda uma conjuntura que lhes é desfavorável.

No caderno MAIS!, da Folha de São Paulo de 4 junho, Laymert Garcia dos Santos, professor da UNICAMP, expressou seu desencanto com a atual desmonte das Universidades da seguinte forma: "a constatação de que a universidade está acabando deixa um gosto amargo, depositado na palavra 'decepção'; aos 51 anos e após mais de 20 de carreira, vejo-me levado a "desistir" da universidade, a fazer luto." Talvez ele tenha expresso o que muitos outros professores sentem. A atual mobilização, a nível local e nacional, contudo, mostra que muitos professores – provavelmente a maioria – estão se recusando a vestir luto e a desistir da Universidade.

Nossa luta por salários e em defesa da Universidade

A paralisação nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, (IFES) é parte integrante da greve nacional dos Servidores Públicos Federais (SPFs), que é o resultado da campanha salarial de 2000. O último reajuste concedido aos SPFs foi em janeiro de 1995, ainda no governo de Itamar Franco. O congelamento dos salários ao nível federal estendeu-se a praticamente todos os estados e municípios e as greves no serviço público estão eclodindo em todo o país na busca de reverter esta situação.

Em nossa última greve, 1998, o governo respondeu com a criação da GED e da GID, que são gratificações de produtividade e dependentes de avaliação da produção. O mesmo tipo de tratamento o governo vem dando a diversas outras categorias, tratando cada setor separadamente enquanto busca no Congresso Nacional aprovar a distinção entre carreiras típicas de Estado e aquelas que não o seriam. Esta distinção busca separar os servidores entre aqueles que terão remuneração ga-



Professor Paulo Rizzo

rantida integralmente pelo Estado e aqueles cuja remuneração dependerá de outras fontes, inclusive privadas. Esta política toca diretamente as universidades públicas, mas também a saúde, a seguridade social e outras atividades que, na visão neoliberal, devem ser privatizadas.

As gratificações distorcem as carreiras e, quando associadas a outras fontes de remuneração individuais ou de pequenos grupos através das mais diversas formas de prestação de serviços, impõem a lógica da competição de mercado no interior do mundo acadêmico para que possamos ganhar um pou-

co mais e para obtermos recursos para trabalharmos. Aliás, nossa jornada de trabalho tem sido incrementada cada vez mais de tempo gasto na busca competitiva dos recursos para realizarmos as atividades de pesquisa, ensino e extensão. Isto é, trabalhamos para podermos trabalhar em um processo altamente estressante e que só tende a piorar se não tivermos a capacidade de reverter-lo.

As greves de docentes este ano tiveram início nas universidades estaduais paulistas, que são aquelas que concentram mais recursos públicos de custeio e salários em todo o país e que têm sido as mais competitivas na obtenção de outros tipos de recursos. Tanto nas estaduais como nas federais, a mobilização estudantil este ano tem sido espetacular e demonstra que a parcela da sociedade que mais diretamente usufrui deste tipo de serviço público, a educação superior, não está disposta a aceitar o desmonte da universidade pública e sua privatização.

O governo federal, incapaz de controlar a desvalorização da moeda, a fuga cada vez maior

das riquezas do país, a alta dos preços e tarifas e o crescente desemprego, firma com o FMI a intenção de congelar os salários dos servidores por mais dez anos. Isto é, o controle de nossos salários pelo congelamento é a expressão do descontrole do governo sobre qualquer coisa na economia e sua fiel subserviência às metas do FMI.

A adesão à greve na UFSC tem sido crescente, mas com muito mais resistências que nas greves anteriores, particularmente em centros como o CTC e o CFM. Estas resistências mostram certo ceticismo de muitos colegas em que sejamos capazes de reverter a intransigência do governo. O Comando Local de Greve chama a atenção ao fato de que atualmente pouco conseguiríamos com uma mobilização apenas dos docentes. O momento da greve é agora quando todos os setores do serviço público estão na luta e, também, os estudantes. Deixar este momento sem nos mobilizarmos seria uma injustiça com nós mesmos.

Paulo Rizzo

do comando de greve da UFSC

60% da UFSC está sem professores

"Há grandes chances de haver uma adesão total à greve", diz o professor Paulo Rizzo

Já no primeiro dia de greve dos professores da UFSC, 29 de maio, foi definido um Comando Local de Greve. A partir de então, tudo o que se refere a reuniões, boletins, mobilização de professores nos centros e preparação de atos serão feitos por esta comissão. O Comando tem representantes de cada centro, além de dois membros da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC), local onde se reúne permanentemente.

Entrando na segunda semana de greve, a estimativa é de que 60% dos professores da UFSC tenham aderido ao movimento. Agora, o principal objetivo do Comando é convencer todos os professores dos "locais problemáticos", como o Centro Tecnológico (CTC), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM) e Centro de Ciências da Saúde (CCS), onde a mobilização dos professores é pouco representativa, a aderirem à greve, segundo o professor de Arquitetura e membro do comando, Paulo Rizzo. Para tanto, o Comando de greve está se reunindo com os professores desses centros. "É um verdadeiro arrastão de convencimento", afirma Paulo Rizzo.

Ele acredita que "há grandes chances de haver uma adesão total à greve". Segundo o professor, esta greve difere das anteriores por contar com um "forte apoio dos estudantes universitários estão a favor dos professores que paralisaram suas atividades e pressionando aqueles que ainda não aderiram ao movimento".

Além disso, há a maior greve dos servidores técnico-administrativos dos últimos anos. A UFSC já tem uma adesão de 70% de seus servi-



ALUNOS Manifestação à favor da universidade.

dores. Segundo Angela Olin da Dalri, integrante do Comando de Greve do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC), o número de participantes não é maior devido aos funcionários do Hospital Universitário, onde se encontram 38% dos servidores da UFSC que ainda estão trabalhando, ainda estarem trabalhando. Caso não haja adesão total, a mobilização não deve ser enfraquecida, pois vários centros já pararam de forma parcial ou total, argumenta Rizzo.

1ª Mobilização

A primeira manifestação massiva do Comando aconteceu no dia 31 de maio, no centro da cidade, quando professores se aliaram à mobilização geral dos servidores do Incra, Ibama, Ministério da Agricultura, professores da rede estadual e da Escola Técnica, além de alunos da UFSC, em um total de cinco mil pessoas. Segundo integrantes do Comando Local de Greve, lá estavam cerca de 150 professores da Universidade Federal. Para Lucia-

PRIMEIRA SEMANA DE GREVE.

CCA: 70%
CCB: 90%
CCE: 90%
CDS: 41%
CED: 90%
CFH: 90%
CFM: 10%
CCJ: 60%
CSE: + de 50%
CTC: 10%
Col.de Aplicação: 70%
CCS: 50%

Fonte: APUFSC

na Esmeralda Ostetto, do centro de Ciências da Educação (CED), todos os centros da universidade estavam representados, inclusive o CTC e o CFM, onde a adesão é menor.

No dia 1º de junho, aconteceu a primeira Assembléia Geral, após o início da Greve dos Docentes. Durante a reunião, a grande maioria dos professores decidiu permanecer em greve. A propos-

ta do CTC de um plebiscito para decidir sobre a continuidade de greve foi derrotada por 103 a 27 votos.

O professor Henrique de Melo Lisboa, autor da proposta que defendia o grupo dos "sem voz", que ficam "calados imaginando o quanto reacionários devem ser por não ser igual a esta maioria relativa", acabou, no final da assembléia chamando a unanimidade de "burra" e retirou a sua proposta. Lisboa, depois de um parecer de alguns professores sobre a greve, concluiu que não estava claro o porquê da paralisação entre os docentes e terminou dizendo: "eu não sei porque estou em greve".

Para a professora Doroti Martins, representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), é necessária a fortificação da greve. "Voltemos às ruas para lutar pelo pouco de dignidade que nos resta", conclamou a professora ao defender a continuidade da greve.

Kelen Vanzin

Panorama nacional e principais reivindicações

A representante da UFSC no Comando nacional de Greve, Maria Odete dos Santos, enviou um informe sobre a situação da greve em todo o país. De acordo com o boletim, 26 universidades entraram em greve, sete estão com indicativo de paralisação com data marcada e outras cinco ainda não determinaram a data. Outra questão que deve ser discutida, nas próximas semanas, segundo o informe, é o desconto nos salários dos servidores em greve. A Organização dos Advogados do Brasil (OAB) alega ser inconstitucional a posição do governo, baseada no decreto 1480/95, sobre os cortes nos salários. Segundo a OAB, a decisão fere o artigo 37 da Constituição.

No âmbito nacional ainda, servidores e professores – que se uniram para estabelecer a mesma proposta de negociação com o governo – tentam estabelecer nos próximos dias, um canal de negociação com o líder do governo na Câmara, Arthur Virgílio (PSDB).

A principal reivindicação dos professores e servidores é o reajuste salarial de 63,68%, que não acontece há mais de cinco anos, além da incorporação de gratificações. Neste caso, a proposta, segundo o professor, Paulo Rizzo, é de que se não for dado o aumento nos vencimentos funcionários públicos, "pelo menos a soma de reajuste mais gratificações feche nos 63,68%". Os professores reivindicam também que haja acesso aos cargos de serviço público somente através de concurso, para evitar a entrada de substitutos ou contratados pela CLT, diz ele.

Avaliação de instâncias da UFSC

CFH e Reitoria fazem balanço da greve



Raquel Sabrina

MOBILIZAÇÃO Embora em alguns Centros haja mais engajamento, o movimento atinge todos

CFH

No Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) não há dados exatos, mas a adesão à greve está "bastante forte", segundo a diretora do CFH, Joana Maria Pedro. Ela disse que somente os cursos de pós-graduação ainda não suspenderam as atividades, pois estão discutindo se haverá ou não paralisação. Apesar da suspensão das aulas, ela afirma que os professores do Centro não estão "em casa de pijama ou camisola pois estão participando das reuniões".

Para Joana, a greve é "ruim" mas é a única forma conhecida para pressionar o governo. "Não sabemos se nos ouvirão com a greve, mas já fizemos passeatas, protestos públicos, enviamos carta para o Ministro da Educação, e eles não nos ouviram". A diretora do CFH não considera que o fato de a greve ser política seja um problema. "Toda greve é política. Pedir aumento salarial é político".

A diretora disse que a greve é uma tentativa de impedir o fim das universidades públicas. "Lutar pelos salários é lutar pelas universidades". Ela alerta para o fato de que o número de professores que estão se transferindo para as universidades particulares está aumentando, pois, segundo Joana, o salário pago pelas instituições particulares é maior. "Os jovens não querem dar aulas nas universidades federais por causa dos baixos salários. Muitos estão saindo. Os que

permaneceram vão se aposentar um dia e, quando isso acontecer, como será?"

"É o descaso que leva à greve", sentenciou Joana. Ela não acredita que o governo irá privatizar as universidades públicas. "Vai acontecer o mesmo que ocorreu com as escolas de ensino básico e médio: o governo foi abandonando aos poucos, e quando percebermos, as escolas públicas estavam falidas e sem bons professores."

Para a diretora do CFH, o momento para começar a greve é favorável, apesar do pouco tempo até o dia 3 de julho, limite para conseguir o reajuste, pois faltarão seis meses para a posse dos próximos prefeitos e vereadores, e o governo não poderá conceder nenhum reajuste salarial nesse período. "Usaremos essa data. Se não nos apoiarem, não votaremos neles", disse Joana.

Em relação às acusações de que o CFH seja um centro "rebelde", Joana afirmou que é natural que os professores tenham esse perfil, pois "foram ensinados e ensinam os alunos a debater os problemas sociais."

Reitoria

A reitoria não vai interferir na greve dos professores e servidores", afirmou o pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária, Pedro da Costa Araújo. "A greve é uma ruptura da normalidade e a nossa função é

administrar essa ruptura". Segundo o pró-reitor, a UFSC está parcialmente parada. Estão paralisadas as atividades da Biblioteca Central, do Restaurante Universitário e a maioria dos cursos de graduação. As 40 turmas de mestrado, 22 de doutorado e o Hospital Universitário estão funcionando.

Araújo informou que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), presidida pelo reitor da UFSC Rodolfo Pinto da Luz, enviou ao ministro da educação Paulo Renato Souza um pedido de abertura de negociação entre o governo federal e os servidores no dia 17 de maio – dois dias após o início da greve dos servidores técnico-administrativos.

No dia 30, o Conselho Universitário (Cun) da UFSC encaminhou ao Ministério da Educação e Desporto (MEC), um documento apoiando a paralisação dos servidores federais, professores da UFSC e do Estado. Mas segundo Araújo, o governo federal está se mostrando intransigente. "Há desprezo por parte do governo, pois não foi aberto nenhum canal de negociação."

Como 75% das aulas já foram dadas, existe a possibilidade de o semestre ser encerrado. O pró-reitor, no entanto, considera cedo decidir sobre esse assunto porque não há a previsão da extensão da greve. Araújo reclama que com o atraso provocado

pela greve de 98, que durou 104 dias, o calendário seria colocado em dia no final desse semestre. "A greve acaba atrasando não só o calendário, mas também as formaturas e os provões", completa.

O pró-reitor, que também é professor do curso de Administração, afirmou que não vai aderir à greve. "Não vou participar porque não sou sindicalizado e não tenho motivação para entrar nessa greve. Mas não sou contra quem faz." Araújo discorda dos professores que reclamam de não receberem aumento há cinco anos. "Os professores quando fazem essa reclamação não estão totalmente corretos, pois foi concedida a GED (Gratificação de Estímulo à Docência) em 98, reajustada em março deste ano".



Alexandre Brandão



Raquel Sabrina

PEDALAÇO A participação do movimento incluiu um passeio de bicicleta

CCE e CTC analisam a paralisação

Alexandre Brondão

CCE

"A greve é enfraquecida com a atitude de alguns professores que decidem parar de trabalhar mas não participam do movimento, a chamada greve de pijama", afirmou o diretor do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Felício Margotti. "Há alguns professores que entram em greve e ficam em casa, olhando na Internet como está a situação e não participam de nada", critica. O índice de adesão à greve no CCE tradicionalmente é alto, mas na segunda-feira (dia 29), alunos dos cursos de Letras e Comunicação e Expressão Visual tiveram aula.

O diretor do centro explicou que sempre existe uma resistência no início das greves, mas que com o passar do tempo o número de professores que param de trabalhar aumenta. "Mas há também o caso de alguns professores que estão terminando o conteúdo ou decidiram não entrar em greve", explica. Para ele, a decisão de participar ou não é individual e não da diretoria do centro. Cerca de 50% dos servidores técnico-administrativos do CCE estão parados, mas com a paralisação dos professores este número deve aumentar.

Segundo Margotti, os diretores dos centros devem administrar a greve e participar das reuniões do Conselho

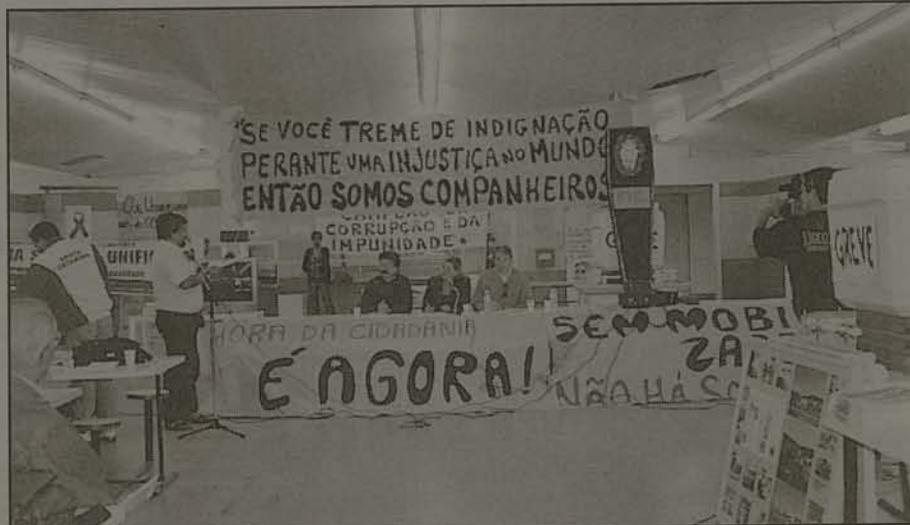
Universitário (Cun). "Temos a função de pressionar o reitor para que ele cobre providências da ANDIFES e do MEC". Com a greve dos servidores, o diretor do centro fica responsável pela abertura do prédio e das salas.

O diretor criticou a facilidade para entrar em greve na universidade. "É convocada uma assembléia e se decide parar com pouca ou muita gente". O problema, segundo ele, é a dificuldade para acabar com a greve, pois o governo federal não dá abertura às negociações.

"O governo faz vista grossa porque a greve é vantajosa para ele, pois há redução de gastos. E é o próprio governo que cria condições para a greve". Quanto à expectativa do tempo de duração da greve, o diretor do CCE não é otimista. "Greve curta na universidade, vi muito pouco".

Para ele, a paralisação na UFSC não é meramente salarial. "Essa greve é política, existe uma mitificação em 'defesa da universidade pública e gratuita', 'Fora FHC', tudo isso pelo fato de que estamos em um ano eleitoral. E o movimento está articulado com outros servidores que estão em greve".

Ele não espera que as reivindicações dos professores sejam atendidas pelo governo federal. "Não vejo nessa greve a possibilidade de sucesso



ASSEMBLÉIA Mobilização permanente

para os professores, pois eles receberam a GED (Gratificação de Estimulo à Docência). Já os servidores sim, pois estão sem reajuste desde 95".

Para acabar com a greve dos professores federais em 98, que durou 104 dias, o Governo começou a pagar a GED. Para ganhar a gratificação, o professor é submetido a uma avaliação e se fizer 140 pontos recebe a gratificação integralmente. Na UFSC, 90% dos professores recebem a GED sem cortes. Em 98, os professores com mestrado podiam ganhar até R\$ 700 e os com doutorado até R\$ 1.100 de gratificação. Em março deste ano, a GED foi reajustada, aumentando para R\$ 910 a dos professores com mestrado e R\$ 1.330 para quem tem doutorado. Como a GED é uma gratificação, ou seja, não está incluída no salário, ela pode ser cortada a qualquer momento.

CTC

O único curso do Centro Tecnológico (CTC) que suspendeu as atividades por causa da greve foi o de Arquitetura porque as salas de aulas não estão sendo abertas pelo Chefe de Departamento do curso, professor Milton Abreu. Segundo o diretor do CTC, Ariovaldo Bolzan, não foi feita nenhuma votação entre os professores para decidir se haveria ou não adesão à greve. "Se os professores querem dar aulas e os alunos querem assisti-las, não serei eu que irá impe-

dir", afirmou.

Bolzan acredita que a greve dos professores é "inoportuna". Para ele, o momento é desfavorável, pois os grevistas terão pouco tempo para negociar com o Governo Federal. No dia 3 de julho faltarão seis meses para a posse dos próximos prefeitos e vereadores, e o governo não poderá conceder nenhum reajuste salarial nesse período. Além disso, o diretor do CTC não concorda com a greve porque, segundo ele, a insatisfação em relação ao salário não é geral. "Não são todos os professores que querem aumento salarial". Ele também lembra que falta menos de um mês para o fim do semestre.

Bolzan afirmou que a greve é política. "Essa greve está pegando carona nos movimentos sociais que estão ocorrendo no país, como o MST e quer engrossar os protestos dos servidores federais e dos professores estaduais". O diretor adverte os grevistas: "Entrar em greve é fácil, o difícil é sair".

Em relação às acusações de que o CTC seja um curso de "perfil conservador", Bolzan afirmou que os professores do CTC não possuem engajamento político e partidário. Além disso, disse que os alunos também não têm interesse na greve pois têm projetos de pesquisa e iniciação científica para finalizar.

Humberto Maia e Marta Huff



Raquel Sobrinha



PARTICIPAÇÃO Alunos do CCE pintam cartazes

População não confia mais no governo de Fernando Henrique

O governo federal já está se defendendo, ao afirmar saber que negado o reajuste aos funcionários públicos federais, juntamente com patracada do salário mínimo de R\$151, contra os R\$180 defendidos pelo PT e pelo PFL, sua popularidade vai diminuir ainda mais. Segundo pesquisas da Vox Populi, há um ano e meio a população ainda tinha uma pouca de confiança na equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso e havia dúvidas em relação à capacidade de a oposição montar uma equipe competente. Na última avaliação, do mês de maio, 67% dos entrevistados desaprovam a administração de FHC. Ainda de acordo com a pesquisa, 43% consideram "incompetente" a equipe governamental. Quanto aos partidos de oposição, 37% acreditam que estes seriam capazes de formar uma equipe competente de governo.

A pesquisa também aponta o desgaste do governo em relação à simulação da sucessão de 2002. Enquanto os candidatos do PSDB e PFL juntos não somam mais de 17% das intenções de voto, os oposicionistas chegam a 60%.

Servidores federais protestam em Brasília

Governo anuncia que não negociará

Cerca de dez mil servidores federais, em greve desde o dia 10, fizeram um protesto em Brasília dia 24 de maio. O governo federal, além de recusar o pedido de reajuste de 64%, correspondente a cinco anos de defasagem em relação à inflação, disse que quem não está satisfeito que procure outro emprego. Em nota oficial, anunciou que não negociará com os grevistas, não concederá aumento, descontará os dias parados e, para quem continuar insatisfeito, tem a oferecer o Programa de Demissão Voluntária. Segundo a nota, "o governo decidiu dar mais uma oportunidade aos servidores que quiserem deixar o serviço público em busca de outra atividade."

A União gasta atualmente R\$53,6 bilhões por ano com os salários do funcionalismo, cerca de 30% do Orçamento. Com o reajuste de 64%, a despesa saltaria para R\$87,7 bilhões por ano. A diferença, equivale a todo o dinheiro

previsto no Orçamento de 2000 para novos investimentos. Segundo o governo, só seria possível aumentar o Orçamento se fossem aumentados os impostos, sendo que a carga tributária brasileira já está na casa dos 30% do produto interno bruto.

Escolas paulistas

Dia 25, em São Paulo, os professores estaduais em greve fizeram uma passeata até o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, reivindicando do governador Mário Covas um reajuste de 54,7%. Covas, que em outra manifestação foi agredido por um professor com um mastro de bandeira não aceitou receber os grevistas para negociar.

Escolas de SC

As escolas públicas estaduais, em greve há quase dois meses receberam apenas um comunicado do governo do estado afirmando



que não teriam nenhum reajuste e, ainda, tiveram os salários descontados pelos dias de paralisação. A população está fazendo uma campanha para arrecadar alimentos para os professores que ficaram sem salário este mês.

Escolas do Paraná

Cinco professores estaduais entraram em greve de fome dia 30 de maio para pressionar o governo a atender as reivindicações dos grevistas. Eles alegam má administração e fraudes no Fundo de Valorização do Magistério (Fundef).

Situação nacional

Em todo o Brasil, as manifestações se repetem. Sobrou até para o ministro da Saúde José Serra, que levou uma ova de um estudante, durante encontro do PSDB na cidade de Sorocaba, semana passada provocando transtorno em aeroportos, portos e fronteiras. Cerca de 60% dos agentes comunitários da Fundação Nacional de Saúde estão parados, prejudicando o acesso atendimento médico principalmente em áreas

onde esses profissionais são a única alternativa. Alguns hospitais universitários, como o de Brasília e o Hospital das Clínicas de Curitiba, assim como a maternidade Climério de Oliveira, da Bahia, limitam-se a atender a emergência. As Delegacias Regionais do Trabalho também entraram na paralisação, dificultando as emissões de carteiras de trabalho. A adesão do Ibama foi geral. O Parque da Água Mineral de Brasília, administrado pelo Ibama, está deixando de receber seis mil pessoas por final de semana porque está fechado. Os servidores do Judiciário também decidiram aderir à greve, prejudicando o atendimento nos tribunais. Em todos esses casos, mantém-se 30% dos serviços essenciais funcionando, como manda a funcionamento do Estado. O governo diz que em 1994 os gastos com a folha somavam R\$22,5 bilhões e mesmo sem novas contratações, subiram para R\$53,6 bilhões neste ano, uma variação de 138%. O Ministério do Planejamento calcula que cada 1% de aumento equivale a R\$536 milhões. "É praticamente o que se gastará com a manutenção da malha rodoviária federal neste ano", diz a nota do governo.

Quase metade do dinheiro relativo à folha de pagamento vai para os inativos. A aposentadoria média do setor público é de R\$2,3 mil, consumindo R\$30 bilhões por ano.

Governo reage lançando plano de demissão

Além de reabrir o Programa de Demissão Voluntária, o governo realizará novos concursos públicos para cerca de doze carreiras, excluindo o magistério superior. Serão 3.728 vagas, nas áreas de fiscalização e segurança pública, jurídica e de gestão. A decisão foi aprovada pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF) da qual participaram os secretários-executivos do Ministério da Fazenda, Amaury Bier; do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão Guilherme Dias e técnicos de ambas as pastas.

A CCF também autorizou a liberação de R\$ 456 milhões, que serão somados ao orçamento dos ministérios. O MEC receberá R\$ 24,5 milhões. Os recursos são provenientes da reserva técnica de R\$ 1,1 bilhão prevista no Orçamento da União.

O novo PDV foi anunciado na semana passada em ação do Governo contra a greve dos servidores e faz parte da estratégia de aprimorar o perfil profissional do

funcionalismo. A abertura das inscrições para o PDV será na primeira semana de julho. Ainda não há estimativa para o número de adesões. No ano passado, 5.733 servidores aderiram ao programa.

Os funcionários públicos que quiserem entrar no PDV receberão como indenização 1,3 salário base por ano trabalhado, além da antecipação integral dos 28,83% do reajuste salarial devido pelo Governo aos servidores.

Micheli Ribas

Universitários estão sem RU e Biblioteca

Somente Hospital e Clínica Odontológica não pararam

Mário Coelho Júnior

O Restaurante Universitário, antes com filas enormes, agora está vazio. Com Biblioteca Central também fechada, quem precisa de livros para estudar, tem que recorrer ao xerox. Ficaram contentes aqueles que teriam que pagar multa de devolução: não vão desembolsar nenhum tostão.

Dia 15 de maio: os servidores da universidade pararam. Reivindicações: data base para toda a categoria, reajuste de 63,68% nos salários (reposição após cinco anos e meio sem aumentos) e a defesa do funcionalismo público contra a política de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso.

Dia 11 de junho: o RU ainda está fechado. A BU também. A mobilização de servidores chega a 70% dos funcionários da universidade.

Ana Lídia Brizola, do comando local de greve, afirma que muito ainda será feito. "Faremos um trabalho de mobilização de funcionários, principalmente no HU". Segundo Ana Lídia, a situação do hospital é diferente da biblioteca e do restaurante. "Por atender a população carente, os funcionários do hospital ficam sensibilizados, em dúvida se entram ou não em greve", afirma.

Na última sexta-feira, aconteceu uma assembléia geral dos servidores. A pauta foi a escolha dos delegados para o Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, que vai ser realizado em São Paulo, no mês de agosto.

Mobilização geral

O comando de greve dos servidores está dividido em cinco: ética, mobilização, ati-



GREVE Biblioteca Central e setoriais está fechada desde 15 de maio

vidades, finanças e imprensa.

O subcomando de ética discute sobre os serviços da universidade que prestam auxílio à comunidade, como o Hospital Universitário e a Clínica de Odontologia. O de mobilização procura os setores com problemas de adesão

"Faremos um trabalho de mobilização, principalmente no HU. A estratégia é ir no corpo-a-corpo, fazendo panfletagem com os servidores"

à greve, como o Centro Tecnológico. "A estratégia é ir no corpo-a-corpo, fazendo panfletagem com os servidores", diz Ana Lídia.

O subcomando de finanças cuida da utilização do fundo greve, obtido através da contribuição dos funcionários sindicalizados. Para produzir informativos sobre a

greve e manter contato com jornais, foi criado o subcomando de imprensa. Ana afirma que é preciso trocar informações com os meios de comunicação.

Para os integrantes do comando de greve da Sintufsc, a maior dificuldade até agora tem sido a falta de posicionamento dos professores sobre uma unificação dos comandos de greve dos alunos, professores e servidores. "Os professores não se manifestaram claramente quanto a um movimento mais forte, juntando a comunidade universitária como um todo".

Para Ana Lídia, o importante é "fazer da greve a força pela união de todo o serviço público, atingindo toda a população."

Estão programados nesta semana alguns eventos, como vídeos exibidos todas as terças e quintas-feiras pela manhã, e o programa "Lazer e Cultura da Greve", com atividades educativas para os servidores e a comunidade.

Mário Coelho Júnior

VIOLÊNCIA

Esta é a porta do prédio da Arquitetura arrombada pelo professor Jair Carlos Dutra, da Engenharia Mecânica, que ainda agrediu uma aluna. Jair poderá ser demitido caso não comprove que agiu em legítima defesa.



Professor agride aluna e arromba porta da sala de aula para "furar" greve

As posições divergentes de professores quanto à greve já estão resultando em baixaria na UFSC. No dia 26, o professor do curso de Engenharia Mecânica, Jair Carlos Dutra, arrombou com um pé-de-cabra a sala número dez do departamento de arquitetura, onde ministra a disciplina de Processo de Fabricação. Os nove servidores do curso de Arquitetura aderiram à greve e nenhuma sala está sendo aberta.

"Isso não me interessa", disse Jair, quando avisado de que todas as salas estavam fechadas, segundo o professor de Arquitetura Paulo Rizzo, que presenciou a cena. Dutra fez algumas ligações e pediu para que alunos trouxessem o pé-de-cabra para arrombar a porta da sala de aula.

O chefe do departamento, Hamilton Carvalho de Abreu, disse que Jair estava transtornado e lhe fez ameaças verbais e físicas. Enquanto Carvalho registrava queixa na Central de Segurança Física e Patrimonial da UFSC, os alunos de Arquitetura e Engenharia começaram a discutir. Jair saiu "transtornado" da sala e agrediu a aluna de Arquitetura, Júlia Lins Bittencourt, conta o professor Rizzo.

Júlia disse que não sabe o motivo pelo qual foi agredida. "Eu estava discutindo com uma outra aluna, quando o professor me pegou pelo braço e na região do pescoço e me encostou contra a parede". O professor só parou depois que um outro aluno lhe aplicou uma "gravata".

No dia primeiro de junho foi instalado um inquérito com base nas denúncias feitas pelos professores do departamento de Arquitetura, Lino Fernando Peres e Hamilton Carvalho de Abreu, coordenador e chefe do departamento. Segundo o procurador geral da Ufsc, Marco Aurélio Moreira, de acordo com a lei 8112/90 do Estatuto dos Servidores Público Civil da União, o professor Jair poderá ser demitido se não for comprovado que agiu em legítima defesa.

Agora, será criada uma Comissão de Inquérito, composta por três professores do Centro Tecnológico (CTC), que terá sessenta dias para avaliar o caso. Caso a comissão não consiga apurar as informações suficientes para julgar o professor, o prazo do inquérito será prorrogado em mais sessenta dias. O professor Jair Dutra não foi encontrado no departamento de Engenharia Mecânica para explicar o caso. Segundo funcionários, Jair está viajando à serviço e só deve voltar na segunda semana de junho.

Kelen Vanzin

A atual greve é parte de uma série de mobilizações em favor da UFSC

Desde 1979 professores, servidores e estudantes da única universidade federal de Santa Catarina participam dos movimentos reivindicatórios por um ensino público, gratuito e qualidade



Arquivo APUFSC

de instituição a que se vincule o docente", dizia Osvaldo Maciel em entrevista ao jornal *O Povo*, de Santa Catarina. A greve durou 17 dias e, segundo Maciel, o fato de estar sob comando da ANDES fez com que a negociação se realizasse com maior rapidez.

1982

Em 1982, a greve na UFSC começou oito dias antes da greve nacional. Foi a primeira vez que professores e funcionários da UFSC estavam unidos no movimento. Eles pediam reposição salarial, reajuste semestral, e que 12% do orçamento da União fossem destinados à educação. Já em 83, a greve dos servidores públicos federais teve uma adesão muito pequena dos professores. O movimento durou escassos 14 dias.

1984

Na greve de 84, mobilizaram-se cerca de 36.000 docentes em todo o país, mas não houve sensibilização do governo, que se recusava a negociar. Muitos professores e servidores tiveram seus salários cortados pelo MEC por participarem da greve, que durou 84 dias. Os manifestantes pediam 64,8% de reposição salarial, piso salarial de três salários mínimos e mais verbas para a educação. Ao final, o movimento docente e o governo entraram num acordo sobre o corte dos salários: os docentes reporiam as aulas e o governo pagaria os salários.

era necessário mais de um reajuste por ano.

1981

Em 27 de novembro de 1981, aconteceu a primeira greve sob o comando da ANDES, que havia sido fundada em janeiro daquele ano. A Associação contribuiu para unificar os docentes de todo país. "A partir de agora, todas as nossas lutas serão assumidas pelo conjunto de professores, independente do tipo

1979

O primeiro movimento grevista da UFSC aconteceu 26 de setembro de 1979. Foi o "Dia Nacional de Reivindicações Salariais, Trabalhistas e de Carreiras nas Instituições de Ensino Superior." Dos movimentos grevistas de que a UFSC participou, mais de 15 foram greves curtas - paralisações de um a sete dias - e 11 foram greves longas. As greves curtas, na opinião de Osvaldo de Oliveira Maciel, primeiro presidente da ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), funcionavam como um treinamento. "Serviam para esquentar o motor para a greve", diz.

1980

A primeira greve longa de que a UFSC participou, também foi a primeira dos professores das Universidades Federais no Brasil. Na UFSC, ela começou em 17 de novembro de 1980 e durou 26 dias. As principais reivindicações eram reajuste de 48% nos salários, envio imediato do projeto de reestruturação da carreira do Magistério ao Congresso Nacional e 12% do orçamento para a educação. Osvaldo Maciel diz que os professores conseguiram que fosse decretada a carreira do magistério, com aumento de 30% dos salários, mas o reajuste semestral foi eliminado, lembrando que em época de inflação alta



Arquivo APUFSC

1987



Arquivo APUFSC

1989

No livro "Luta e Resistência" - APUFSC 20 anos", editado pela Associação de Professores da UFSC, se encontra o seguinte trecho sobre este período: "Um dos grandes ganhos das greves entre 1980 e 1984, além dos econômicos e a garantia pelo menos até então de uma universidade pública e gratuita, foi a divulgação e a defesa que se fez da Universidade.

1987

A greve de 87, iniciada no dia 25/03 e com duração de 44 dias, foi a primeira greve unificada do setor das universidades federais, autarquias e fundações. Uma das principais reivindicações era criação de um plano único nacional de carreira dos docentes, em que houvesse igualdade de salários de professores de fundações de ensino e de universidades autônomas. "O salário dos professores de fundações era o dobro, o triplo do nosso", diz o professor Gerônimo Wanderlei Machado, secretário da APUFSC (Associação dos professores da UFSC). A reivindicação foi atendida com a instalação do PUCRCE (Plano Único de Carreira e Reclassificação de Cargos e Empregos). Esta greve teve a adesão de 45 instituições de ensino superior, conseguindo sair vitoriosa em praticamente todas as reivindicações.

1989

A greve de 89 foi feita pelas instituições federais de ensino superior junto aos servidores públicos federais. Os grevistas pediam reposição das perdas salariais em 95,5% e reajuste mensal dos salários, pois as taxas de inflação acumulavam variação de quase 1900% ao ano.

Muitos dos protestos da greve de 1991 foram contra o governo Collor e sua política de privatização. Foi a mais longa greve por qual a UFSC passou até hoje, com duração de 108 dias. Esta greve contou com a participação de 49 das 52 Associações de Docentes do país, tendo a adesão de cerca de 300.000 servidores.

1993

A greve de 93 durou 29 dias e dela participaram servidores públicos federais, professores e funcionários da UFSC. Reivindicavam a definição de uma nova política salarial e reposição dos salários.

1995

Em 1995, a greve de servidores públicos federais lutava pelo controle social das empresas estatais e pelo serviço público e defendia a aposentadoria por tempo de serviço. Houve uma divi-

são entre os professores nesta greve e grande parte deles não aderiu à paralisação, o que enfraqueceu o movimento grevista. A greve durou 11 dias.

1996

Em 96, segundo Alckmar Luiz dos Santos, professor do CCE, a UFSC passou por uma greve frustrante, pois os professores não conseguiram negociar com o governo. Esta greve durou cerca de 20 dias e contou com uma pequena adesão dos docentes.

1998

A greve de 1998 durou 104 dias e teve adesão de 90% dos docentes já na primeira semana. Um dos motivos que talvez tenha contribuído muito para esta adesão maciça foi o fato do salário estar congelado desde 1995. Para atender esta reivindicação específica, a solução encontrada pelo MEC foi instituir uma gratificação aos professores (a GED), permitindo ao governo não fazer um reajuste geral, que beneficiaria todos os servidores federais. Outra conquista importante foi a derrubada da PEC-370 de autoria do deputado Paulo Bornhausen.

Lúcia Passafaro Peres



Arquivo APUFSC

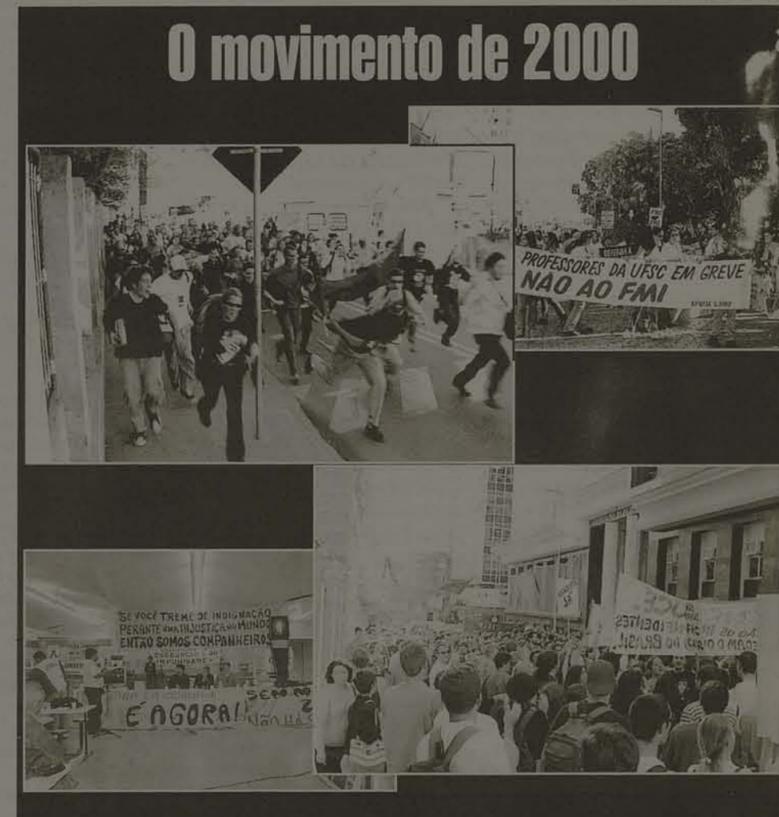
Impeachment



Arquivo APUFSC

1998

Fotos: Alexandra Brandão



UFSC não consegue verba suficiente

Universidades disputam recursos liberados pelo governo para investir em melhorias e pesquisas

Cada vez que a Universidade Federal entra em greve os alunos se questionam se vale a pena estudar em uma instituição pública, já que nas particulares não há interrupção das aulas, perda de semestres e conteúdos. A discussão em torno da ampliação do sistema particular e sua comparação com as universidades gratuitas - UFSC e UDESC - faz parte do cotidiano dos universitários.

As dúvidas em relação às diferenças entre essas universidades públicas e particulares referem-se ao valor das mensalidades e sua relação com a qualidade de ensino. Valores em média de R\$300,00 e R\$400,00 mensais justificam o desempenho dessas instituições no provão do MEC? Ou justificariam o investimento de R\$500 milhões destinado pelo governo federal às instituições privadas? Sem a liberação de verbas para manutenção da infra-estrutura e compra de equipamentos, a universidade pública deixa de ter ensino de qualidade? Se o governo corta verbas, é possível acreditar na continuidade das pesquisas e dos avanços tecnológicos?

Os investimentos do governo nas universidades está baseado no Programa de Recuperação e Ampliação de Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, anunciado em 1997 pelo Ministério da Educação, com promessas de créditos de diversas origens no valor de até R\$ 1 bilhão. Esse programa em tese permite que universidades, tanto públicas como privadas, se utilizem dessas verbas, emprestadas a juros subsidiados, para fazer melhorias em sua infra-estrutura.

Na prática, 20 estabelecimentos particulares obtiveram R\$194 milhões. Nenhuma universidade pública conseguiu um centavo, apesar de terem sido apresenta-



LUTA A greve é em defesa da universidade pública

dos seis pedidos de financiamento. O interessante é que na avaliação do MEC as condições físicas de algumas universidades públicas estão bem piores que as das privadas, que ainda têm altas mensalidades como base orçamentária. No curso de economia, por exemplo, 55% dos cursos federais tiveram suas instalações reprovadas pelo Ministério da Educação, contra 34% das particulares.

Até agora foram liberados R\$500 milhões em duas parcelas para melhoria do ensino privado e uma parcela de R\$250 para as instituições federais. Mas os limites legais para endividamento público e as dificuldades para oferecer garantias aos bancos impediram que as federais usassem o dinheiro. O recurso é captado pelo BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que repassa as verbas para instituições financeiras fazerem os empréstimos. Como as universidades públicas não têm fontes de receita, como pagamento de mensalidades, não conseguem o crédito.

Para o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, a chance dada às universidades públicas deve ser concretizada ainda este ano, "por-

que o endividamento público está baixo": "Além de oferecermos essa oportunidade para as instituições privadas, quisemos abrir também às públicas a possibilidade de ter acesso a recursos de financiamento do BNDES em condições iguais às das privadas. O objetivo era atender adicionalmente instituições que pudessem pleitear recursos de financiamento reembolsável. Muitas já estão qualificadas e esperamos concretizar várias operações num futuro próximo."

Professores vão para particulares

Outro problema enfrentado pelas universidades federais é a fuga de professores para as instituições privadas. Segundo a Folha de São Paulo, 890 professores de São Paulo se aposentaram entre 1997 e 1999, o dobro do período anterior, sendo que 80% deles com título de doutores. A maioria já havia cumprido o tempo de serviço, mas houve casos em que aproveitaram a oportunidade de se aposentarem proporcionalmente, para ir dar aulas nas escolas particulares atraídos por salários quase dobrados e estruturas mais ágeis.

Em Santa Catarina já existem exemplos de professores

Produção das públicas é maior

O incentivo à pesquisa é o importante diferencial entre o ensino público e privado. O número de trabalhos científicos publicados pelo Brasil passou de dois mil por ano, na década de 80, para nove mil em 1999. De 1995 até 1998, a produção científica brasileira cresceu 160%. E 90% de toda essa pesquisa é realizada pelas universidades federais.

"O crescimento de pesquisadores qualificados não foi acompanhado de um crescimento nas verbas para custear as pesquisas", disse o presidente da Fapesp, Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Carlos Henrique Brito da Cruz. Segundo ele, uma parte das verbas deveria vir da iniciativa privada.

A supremacia nas pesquisas é um dos trunfos das universidades públicas na concorrência com as particulares pelos melhores profissionais do mercado. No ano passado, a Fapesp destinou R\$ 149 milhões para bolsas de iniciação científica e auxílio à pesquisa na

Universidade de São Paulo. As universidades federais levaram R\$ 40,7 milhões, e as particulares, cerca de R\$ 8 milhões.

O presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou no mês passado um novo modelo de financiamento que pretende arrecadar cerca de R\$ 1,2 bilhão já em 2001. O programa está baseado na criação de fundos destinados exclusivamente à recuperação e à ampliação da infra-estrutura das instituições públicas de pesquisa. Mas as medidas dependem de aprovação pelo Congresso Nacional. A falta de investimento em pesquisa é uma crítica frequente da comunidade acadêmica a FHC, um intelectual vindo da universidade pública.

O baixo investimento em pesquisa e em programas de mestrado e doutorado está registrado pela própria Associação Catarinense das Fundações Educacionais, no livro de comemoração dos 25 anos de existência.

que se aposentaram e foram dar aulas nas fundações educacionais.

O professor Wallace Lehmann do curso de jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina, Unisul, e da Universidade do Vale do Itajaí, Univali, é um exemplo. Aposentado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRG, veio para Florianópolis dar aulas na Ufsc, mas sentiu que a universidade não o valorizava por estar aposentado. "Montei dois grandes projetos para o laboratório de fotografia, mas não recebi apoio, e acabei desanimando." O professor acabou realizando seus planos nas uni-

versidades privadas.

"Nas particulares eu encontrei mais prestígio. Aqui a estrutura é mais dinâmica, eu tenho ótimos laboratórios, funcionários e técnicos trabalhando comigo em tempo integral. O professor sente seu trabalho mais completo." Entretanto, Wallace aponta as dificuldades de se estar em uma instituição privada: a falta de pesquisa e de doutores. "A catapulta das particulares é a área de ensino, mas faltam bons professores. As faculdades também enfrentam problemas com o MEC por causa do investimento nulo em extensão e pesquisa," afirma o professor.

Particulares conseguem R\$ 500 mil

Vinte instituições particulares do país conseguiram R\$500.000 para melhorar estrutura de ensino

A Acafe abriga 12 fundações educacionais, em 63 cidades e com cerca de 70 mil alunos matriculados. A cada vestibular são oferecidas mais de 24 mil vagas em 180 cursos de graduação. A universidade emprega aproximadamente 5 mil professores, tendo 55% especialistas, 27% mestros, 12% graduados e 6% doutorados.

Os salários desses professores é 30% mais baixo do que o oferecido pela federal, que paga a um professor titular, com dedicação exclusiva e doutorado R\$4.859,20, fora gratificações, vantagens ou benefícios. Essa é uma característica que diferencia as particulares de Santa Catarina do restante do país. Em São Paulo, por exemplo, o mesmo professor que receberia da federal em média os mesmos R\$4.000, no ensino privado poderia ganhar R\$9.000 e ainda somar o salário à sua aposentadoria.

Enquanto apenas 6% dos professores da Acafe são doutores, na Ufsc essa porcentagem chega a 51% ou 862 dos 1670 professores têm o título máximo de graduação. Os outros números também mostram a diferença na qualidade dos docentes da Ufsc em que 34,49% mestros, 7,72% especialistas e apenas 6,17% graduados. Sendo que segundo a própria Acafe, a maioria trabalha na universidade em tempo parcial e não tem qualificação para pesquisa. Além de não haver na universidade laboratórios suficientes e bibliotecas com bom acervo.

A contradição do sistema de ensino superior catarinense é que dos 17 cursos avaliados no Provão do MEC, 8 foram reprovados ou tiveram conceitos regulares, sendo 7 deles de universidades privadas. Enquanto isso há uma expansão do ensino su-



Raquel Sabrina

AMPLIAÇÃO Univali em São José foi inaugurada este ano

perior, principalmente privado, que tiveram abertos 180 novas turmas, só em 1999. E novas universidades devem ser montadas para o segundo semestre na grande Florianópolis: A Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, está se instalando no município de Barreiros, em São José, e o Centro de Ensino Superior Energia, vai funcionar na Capital.

Secundaristas

Outro destaque são os novos cursos que abrem em escolas secundaristas, e que aproveitam a sua estrutura física para abrigarem as graduações. É o caso da Unisul, que tem aulas sendo ministradas no Colégio Catarinense e no Colégio Coração de Jesus. Quando os alunos desta universidade precisam de pesquisas bibliográficas, requerimentos acadêmicos, ou uso de laboratórios, precisam se deslocar para a sede mais próxima, a cerca de 25 Km, no Campus Pedra Branca, da Palhoça.

Para obterem a autorização e o reconhecimento, todos esses novos cursos precisam passar por uma avaliação do Conselho Estadual de Educação. "É montado um processo e escolhido uma comissão de

três especialistas em educação, que fazem uma visita a futura instituição e analisam a estrutura física, a qualificação do corpo docente e a proposta curricular", explica o Gerente de Documentação e Legislação do Conselho, Luiz Carlos Lückmann.

Precisam também ter 1/3 dos professores trabalhando em período integral na faculdade, não tendo vínculos com outros empregos ou cursos. São necessários laboratórios bem equipados, com média de um computador para dois alunos, livres para o uso também fora do período das aulas. Quando a associação de todas as escolas de ensino superior privadas de Santa Catarina admite não ter laboratórios suficientes, boas bibliotecas, a maioria de seus professores trabalhando em tempo parcial e sem qualificação para pesquisa, fica difícil entender pra onde vai o investimento do governo.

"Todos os argumentos e números comprovam que o governo federal não está em hipótese alguma privilegiando instituições privadas em detrimento das públicas", concluiu o ministro Paulo Renato de Souza.

Textos: Raquel Sabrina

Marcos Daniel Barros

UNIVERSIDADE RICA...
...MAS BANGUELA



As particulares têm apenas **10%** das pesquisas (contra 90% das universidades públicas)

só **6%** dos professores têm doutorado (contra 51% das universidades públicas)



Com exceção de SC, o professor de particulares ganha mais que o dobro do que se paga em uma universidade federal

Acafe cita causas do baixo investimento em pesquisa

1- Predominância do ensino noturno;

2- Sustentação econômico-financeira baseada na cobrança de mensalidade dos alunos;

3- Não tem capacidade econômico-financeira para investimento em infra-estrutura física e para dispêndio em programas de longo prazo, como é o caso da formação pós-graduada de pessoal docente;

4- Predominância de corpo

docente em regime horista ou de tempo parcial, em sua grande parte sem qualificação formal para envolvimento em atividades de pesquisa;

5- Incapacidade econômico-financeira para expansão e diversificação dos acervos bibliográficos."

6- Reduzido número de instalações físicas e equipamentos de laboratórios especializados;

Governo não negocia com UDESC

Universidade já enviou um abaixo-assinado solicitando canal de diálogo com o governo

A Udesc, há mais de um mês em greve, ainda não conseguiu uma audiência com o secretário de Estado da Administração Celestino Secco, representante do governo estadual nas negociações. Por causa disso, foi entregue, no dia 26 de maio, um abaixo-assinado solicitando ao governo a abertura de um canal de diálogo para viabilizar um acordo que dê fim à paralisação. O documento conta com a assinatura de 31 dos 40 deputados estaduais, exceto as dos parlamentares aliados ao governo que não quiseram assinar, segundo o presidente da Associação dos Professores da Faculdade de Engenharia de Joinville (Aprofej), Antônio Flávio Licarião Nogueira, um dos integrantes do comando de greve.

Conforme ofício assinado pelo Chefe da Casa Militar, Friedrich Thiemann, a audiência com o Secretário de Estado da Administração será agendada somente após a entrega do relatório de situação, elaborado pelo reitor. A parte mais polêmica do documento diz ainda que "da pauta de reivindicações, nenhum item que estiver con-

"O que eles querem é um encontro para apertar as mãos, tomar água e cafezinho, e isso nós não queremos."

templado na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 será objeto de discussão". "O que eles querem é um encontro para apertar as mãos, tomar água e cafezinho, e isso nós não queremos. Os termos do ofício são vagos e ainda esperamos a confirmação do dia, hora e local", rebate Antônio Flávio.



ESAG O único centro da Udesc que não aderiu à greve

Sem reajuste

A Lei Complementar 101, de Regulamentação Fiscal, que tem por finalidade estabelecer limite para os gastos do governo é usada como justificativa para negar o reajuste dos salários do funcionalismo. O presidente da Aprofej defende a categoria, afirmando que os direitos dos professores estão assegurados na Constituição e que a LRF não proíbe os estados de concederem reajuste salarial.

Os professores estão há cinco anos sem aumento do salário e exigem uma reposição de perdas de 56%, além da implantação total do Plano de Cargos e Salários, que foi uma conquista parcial da última greve da instituição (em 1991). O Plano, implan-

tado na época em 70%, definiu o valor adequado do salário dos professores, dividido em quatro níveis: recém-graduado, graduado, mestre e doutor, não incluindo o tempo de serviço. Isto foi feito para incentivar os docentes a procurarem aperfeiçoamento.

Além disso, há dois anos e meio o governo estadual não repassa integralmente os 1,95% do orçamento do Estado a que a universidade tem direito de acordo com a Lei Estadual de Diretrizes Orçamentárias. O valor que deveria ser repassado esse ano era de cerca de R\$ 12 milhões, mas a universidade recebeu, segundo o comando de greve, pouco mais que R\$ 9 milhões.

Raquel Sabrina



Michell Ribas

Professor Antônio Flávio, do comando de greve da UDESC

Diferentes avaliações da greve

A avaliação do comando de greve é positiva até agora. Com o movimento, o reitor Raimundo Zumbick recebeu as reivindicações dos professores e alunos em relação a problemas de infra-estrutura e cobrança de taxas abusivas.

Só não quis discutir as questões referentes aos salários. "Assombra-nos a sua conivência e servilismo aos ditames do governo do Estado", divulgou Antônio Flávio em nota paga no Jornal A Notícia do dia 28.

Os grevistas afirmam que só voltam a trabalhar quando entrarem em acordo com o governo e garantem que irão repor as aulas nos períodos de recesso. No primeiro encontro para negociações entre o reitor e o comando de greve houve concordância da parte da reitoria de que as reivindicações são justas. O reitor, embora não tenha formalizado um termo de acordo, se dispôs a atender os itens da pauta cujas soluções dependem de decisões internas da universidade.

O reitor declarou à imprensa que já teria dado "encaminhamento favorável a praticamente 90% das reivindicações do movimento grevista". Mas o movimento grevista esclarece que nenhuma medida concreta foi tomada. "Sequer foi convocada, até o momento, uma reunião extraordinária do Conselho Universitário (CONSUNI), único órgão que pode, de fato, alterar as portarias e resoluções dando encaminhamento real ao que pedem os grevistas. Quando o Reitor considera ter atendido a 90% do que solicitam os grevistas, não leva em consideração o fato de que entre os 10% restantes estão pendentes questões determinantes do movimento grevista: a questão salarial e o repasse do governo à universidade, pontos estes sobre os quais a Reitoria não manifestou nenhum gesto expressivo de apoio", informa nota do movimento grevista.

Atividades da Udesc estão paradas

Quatro Centros de Ensino, com exceção da ESAG, estão paralisados na universidade estadual

A primeira unidade da Udesc a parar foi o Centro de Ciências Tecnológicas (CCT) de Joinville, no dia 27 de abril. Outros quatro centros paralisaram entre os dias 9 e 11 de maio. A única exceção foi o Centro de Ciências da Administração (Esag), que historicamente não costuma aderir às greves. "Eles pensam: se aqui está tudo bem, por que vamos aderir à greve?", observa a estudante Milana Lazzaris, do comando de greve. Os estudantes acusam a reitoria de beneficiar a Esag, que tem apenas um curso e cerca de 320 alunos. "O laboratório de informática deles é melhor até que o do curso de Ciências da Computação e a biblioteca é muito mais completa, enquanto as bibliotecas setoriais dos outros centros é defasada", protestam.

Os alunos foram os líderes do movimento na Faed, no Centro de Artes (Ceart) e no Centro de Educação Física e Desporto (Cefid). Eles também têm uma série de reivindicações, que foram incluídas na pauta dos docentes. Uma das principais queixas são as taxas cobradas dentro da universidade. Para tirar um histórico escolar, por exemplo, é necessário pagar R\$ 20 e, se o aluno reprova por falta, R\$ 50 para fazer a matrícula no outro semestre. "Para onde vai esse dinheiro?", indagam.

O outro lado

Os estudantes também reclamam da falta de motivação dos professores, sobrecarregados, e da falta de pesquisa. "O que adianta uma universidade se os resultados não são revertidos à comunidade?", pergunta a estudante Eliane Arouca.

Outro ponto de insatisfação é a falta de integração entre os centros. "A Udesc foi construída na época da dita-



UDESC Alunos e professores participaram da passeata

dura dividida, pois não havia interesse em dar força à instituição. Alguns cursos se tornaram independentes e hoje há uma richa entre eles", acusa os estudantes do comando de greve. Eles explicam que, com a greve, pela primeira vez estão deixando suas diferenças de lado e lutando juntos. Representantes de cada centro estão se reunindo para discutir os problemas da universidade e as questões referentes ao movimento.

No Centro de Ciências Agroveterinárias (Cav) de Lages e no Cefid e no Ceart, os servidores também pararam suas atividades. Na Faed, os funcionários não estão oficialmente em greve. Procurados para saber a razão, só bolsistas foram encontrados. Somente três funcionários estavam trabalhando em uma das salas, mas eles se recusaram a nos receber.

Algumas atividades de extensão do Cefid continuam, como o de trabalho de reabilitação cardíaca. Em Joinville, só não pararam os cursos de Engenharia Civil e Ciências da Computação, "a pedido do reitor", diz Antônio Flávio. No Cav, as atividades

estão praticamente paradas, já que professores e estudantes aderiram à greve e apenas alguns funcionários estão alimentando os animais. Nos centros em greve, só continuam funcionando os cursos de especialização pagos. Na Faed, a biblioteca foi interditada por causa de goteiras.

Alunos x Reitor

A avaliação do comando de greve é positiva até agora. Com o movimento, o reitor Raimundo Zumbick recebeu as reivindicações dos professores e alunos em relação a problemas de infra-estrutura e cobrança de taxas abusivas. Só não quis discutir as questões referentes aos salários. "Assombra-nos a sua convivência e servilismo aos ditames do governo do Estado", divulgou Antônio Flávio em nota paga no Jornal A Notícia do dia 28.

Os grevistas afirmam que só voltam a trabalhar quando entrarem em acordo com o governo e garantem que irão repor as aulas nos períodos de recesso.

Micheli Ribas

Principais reivindicações dos funcionários da Udesc

1. Reposição de perdas de 56%.
2. Implantação total do Plano de Cargos e Salários.
3. Repasse integral de 1,95% do orçamento líquido do Estado.
4. Mecanismos de previdência e plano de saúde.
5. Abertura de concursos públicos para professores e funcionários, já que cerca de 405 são contratados por tempo determinado de trabalho.
6. Incentivo à criação de novos cursos e aumento do número de vagas.
7. Publicação de gastos da Udesc.
8. Construção de um novo prédio para a Faed, já que atualmente o centro funciona em um prédio histórico tombado pelo patrimônio histórico, não oferecendo espaço e condições para atender os alunos.
9. Revisão de taxas abusivas cobradas dos alunos.

Greve Udesc Internet

Várias atividades e palestras sobre a greve estão sendo realizadas na universidade. Os eventos podem ser acompanhados pela Internet no endereço www.faed.udesc.br. O link da Faed, que podia ser acessado pela página principal da Udesc, foi cortado pelo reitor por estar divulgando a greve.

Os alunos criaram um grupo de discussões sobre a greve da Udesc na Internet, que já tem quase 500 cadastros. O objetivo é informar e divulgar os eventos da greve através de e-mail. Quem quiser participar pode mandar um e-mail para greve.udesc@grupos.com.br.

Amin pressiona até o fim da greve

Em assembleia tumultuada, professores estaduais suspendem paralisação mantendo estado de greve

micheli ribas

Na Assembléia Geral realizada em Chapecó dia 7 de junho, os professores estaduais decidiram sair da greve iniciada em abril. 70% dos docentes votaram pela suspensão do movimento, embora vários grupos insistissem pela continuidade. A suspensão do movimento se deu em função das fortes pressões do governo estadual, como corte de salários e ameaças de demissão. Como consolo, os professores conseguiram a promessa de vale alimentação, a vigorar a partir de janeiro de 2001.

A decisão sobre o vale foi anunciada numa nota oficial do governo, distribuída pela Secretária de Educação, Miriam Schlickmann, depois de três horas de atraso para a audiência com o sindicato.

Os professores vão agora às escolas para elaborar a calendário de recuperação das aulas que será apresentado a comunidade escolar. A maneira encontrada foi aumentar a duração da hora/aula e utilizar o período das férias de julho. A greve que durou 59 dias, foi uma das mais longas que já houve no Estado.

Começo

A greve dos professores estaduais começou em 07 de abril, dia nacional de paralisação de professores estaduais em defesa do ensino público. O início da greve foi marcado por uma caminhada de 2.300 professores até a Secretaria de Educação, onde solicitaram uma audiência com a secretária Miriam Schlickmann.

A primeira tentativa de negociação entre professores e governo não teve sucesso. Na reunião de 11 de abril, estavam presentes os secretários da Administração, Celestino Secco e da Educação, Miriam Schlickmann, além da

presidente do Sinte, Marta Vanelli. O sindicato acusou o governo do Estado de desviar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) que deveriam ser utilizados para o pagamento do piso salarial de R\$ 744 reivindicado pelos professores. O piso atual é de R\$ 277.

A segunda tentativa dos professores, no dia 25 de abril, também fracassou. O Sinte insistiu no aumento do piso salarial, mas o governador Esperidião Amin disse que "anunciar reajuste seria lançar no mercado um cheque pré-datado". Segundo Amin, o governo já tem 60% do orçamento comprometido com folha de pagamento, como prevê a Lei Camata, que limita nesse percentual o gasto com a folha funcional. O Sinte tentou por duas horas obter uma proposta do governador, que, ao final, acabou pedindo para que os professores esperassem o término do pagamento dos salários atrasados para um novo reajuste.

Direitos iguais

O Sinte lembrou que o governo recebeu incremento da federalização do Besc e Ipsc. Além disso, concede vale-alimentação aos funcionários do Palácio Santa Catarina, enquanto que os professores têm direito ao mesmo benefício por uma lei de 1998, mas não recebem. Marta Vanelli, presidente do Sinte, disse que o professor não pode mais passar o mês com o salário que ganha. Marta lembrou que R\$ 1,18 milhão do orçamento do Fundef desse ano deve ser destinado a oito mil vagas de estágio. Esse dinheiro, segundo Paulo Gonçalves, da direção do Sinte, daria um reajuste de 10% para os professores.

Textos: Ana Paula Sousa



SINTE eu não tenho nada para dizer, também nada para fazer, e só para garantir esse refrão,

Governo utiliza Fundef para pagar atrasados

Pelos cálculos do Sinte, o governo gastou, até outubro do ano passado, R\$ 62 milhões dos recursos do Fundef com a quitação de salários atrasados, pagamento de aposentados e serventes, entre outros. "Como a folha de pagamento do magistério do ensino fundamental consome R\$ 13 milhões, os recursos dariam para cobrir quase cinco folhas", afirma Marta. Ao todo, o magistério consome R\$ 40 milhões em vencimentos, entre funcionários ativos e inativos. Nos números apresentados pelo secretário Celestino Secco, R\$ 112,6 milhões do fundo são destinados para o setor educacional (R\$ 25,7 milhões para o pagamento de salários atrasados e R\$ 86,9 milhões para pagamento de aposentadorias).

SED tentou garantir o calendário escolar

A Secretaria da Educação e do Desporto (SED) tentou no começo de maio garantir o calendário de reposição dos dias parados e a volta dos professores à sala de aula, mas não teve sucesso. A SED orientou os professores a fazerem um calendário de reposição das aulas e encaminhá-lo à Coordenadoria Regional de Educação (CRE) até 10 de maio, (data programada para o fechamento da folha de pagamento dos servidores da educação) para poderem receber o salário de maio. Miriam Schlickmann disse que foi a única maneira para que não fosse prejudicado o calendário escolar. Além disso, explicou que o calendário não poderia ser unificado, pois nem todas as escolas do Estado pararam.

Para o Sinte, a proposta além de ser uma tentativa de intimidar os professores e fazer pressão para encerrar a greve, desobedece às normas definidas para o ensino em SC. O calendário escolar, se-

gundo Lei do Sistema Estadual de Ensino, deve ser decidido em conjunto com pais e comunidade.

Já que os professores não aceitaram a proposta de repor aulas sem descontos, o governo começou no dia 10 de maio a descontar os dias de greve. Além disso, ameaçou contratar novos professores em caráter temporários (ACTs) para não prejudicar o calendário escolar. O Sinte criticou a atitude alegando que 18 mil dos 40 mil docentes no Estado já são ACTs, sendo que 10% deles não possuem habilitação, o que compromete a qualidade de ensino. Flávio João da Luz Cunha, professor ACT, diz que cada professor dessa categoria recebe R\$ 1,73 por aula. Ele conclui que um professor para poder sobreviver, tem que trabalhar 60 horas semanais, o que equivale aos três turnos diários. Isso impossibilita a preparação de uma boa aula e causa a queda da qualidade no ensino.

No final do dia 7 de maio, em uma tensa Assembléia Geral realizada em Chapecó, os professores estaduais decretaram o final da greve, não resistindo à pressão do governo estadual. Nós, da equipe do Zero, resolvemos manter esta cobertura não só como registro, mas também para que o quadro de mobilizações de maio e junho ficasse completo.

Sindicato desmente governo do estado

Governo diz que não tem dinheiro em caixa

No dia 11 de abril, quando completaram 31 dias de greve, os professores ocuparam as coordenadorias de Educação de alguns municípios de Santa Catarina. Eles impediram que os funcionários entrassem quando voltavam do almoço.

Uma liminar foi concedida ao Executivo, pelo Juiz de plantão do Fórum de Florianópolis, Antônio do Rego Monteiro Rocha, autorizando a retirada dos grevistas dos prédios. Os professores saíram pacificamente, mas pediram três horas para a retirada dos objetos.

Uma nova tentativa de negociação, no dia 19 de maio, também não deu em nada. O encontro foi no gabinete da secretária Miriam Schlikmann, com a participação de Celestino Secco e do Secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira. Governo e Sinte ficaram três horas discutindo o comprometimento da arrecadação do Estado com a folha de

pagamento.

O secretário Vieira disse que o governo não apresentava proposta porque não tinha dinheiro em caixa. Segundo ele, 64% da arrecadação está comprometida com folha de pagamento e, se o piso salarial fosse rea-

"Segundo o sindicato, somente 53% da arrecadação é com a folha de pagamentos dos servidores estaduais"

justado, os gastos com a folha iriam para 75,89%. A presidente do Sinte discordou e disse, baseada em material do governo disponível na Internet, que somente 53% da arrecadação é com a folha.

No dia 22 de maio, mais uma vez Sinte e governo se reuniram. Nessa ocasião, a

presidente do Sinte disse que se houvesse desconto não haveria reposição das aulas. O Sinte mais uma vez denunciou que o balancete da receita do Estado teria sido alterado para que o percentual dos gastos com a folha salarial ultrapassasse os 60% permitidos por lei.

O Sinte não gostou dos resultados da última reunião e organizou, em 24 de maio, um acampamento de docentes em 12 barracas armadas na frente da Secretaria de Educação. Os 30 professores estão vendendo artigos usados para o fundo de greve, que em duas semanas, rendeu R\$ 400. Sem salário, os professores lançaram uma campanha de arrecadação de alimentos.

A Procuradoria Geral do Estado não tomou nenhuma iniciativa até agora e decidiu não interferir no movimento.

Textos: Ana Paula Sousa

O que os professores pedem ao governador Esperidião Amin

A greve do magistério durou 59 dias em 22 cidades de SC. Dos 850 mil alunos que estudam na rede estadual, 500 mil estão sem aula desde o dia 10 de abril. A Secretaria da Educação e do Desporto diz que 40% dos professores aderiram à greve, mas o sindicato da categoria acredita que a adesão é de 70% em todo estado. As reivindicações dos professores são:

- 1 - Reajuste escalonado que resulte na elevação do piso atual de R\$ 277 para R\$ 744;
- 2 - Pagamento imediato do vale-alimentação - somente os funcionários dos setores de Saúde, Educação e Segurança não recebem. O magistério recebe desde de 1998;
- 3 - Pagamento imediato dos salários e das promoções atrasadas;
- 4 - Cumprimento da lei nº 8.391 que normatiza a contratação de Admissões por Contrato Temporário (ACTs), em caráter excepcional - o magistério denuncia que há muitos ACTs em atuação, quando deveria ser aberto concurso público;
- 5 - Reversão do processo de reordenamento das escolas;
- 6 - Cumprimento da resolução do Conselho Estadual de Educação sobre avaliação escolar;
- 7 - Implantação de tabela única para os funcionários de escolas;
- 8 - Demissão imediata dos bolsistas e estagiários e abertura de concurso de ingresso para funcionários de escolas. O Estado incluiu no orçamento do Fundef deste ano oito mil vagas para este fim;
- 9 - Imediata contratação dos 300 especialistas concursados e aprovados no concurso de 1998, que já realizaram laudo médico e escolheram vaga, conforme exigência do Estado;
- 10 - Isenção de desconto dos dias parados em função da greve;
- 11 - Reposição dos conteúdos discutida com a comunidade escolar.

O que a greve dos professores conquistou até agora

- 1 - Vale-alimentação a partir de 2001;
- 2 - Pagamento de promoções atrasadas no próximo semestre;
- 3 - Instituição de comissão responsável por alterações do Plano de Carreira que pode resultar em reajuste salarial.

Passeata reuniu 10.000 manifestantes



**ZERO**

Cerca de 10.000 pessoas, entre alunos, professores e funcionários da UFSC e UDESC - junto com servidores federais e professores estaduais tomaram o centro da cidade num ato de resistência às políticas oficiais de arrocho dos salários, verbas e bolsas de pesquisa.